

A "CRISE DA MODERNIDADE" E AS LINGUAGENS: POR UMA GEOGRAFIA DA INTERPRETAÇÃO

The "modernity crisis" and the approaches: for an interpreting geography

La "crisis de la modernidad" y los lenguajes: por una geografía de la interpretación

Robinson Santos Pinheiro

Doutorando em Geografia pela UFG / IESA
e-mail: robinson22pinheiro@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo objetiva contribuir para a discussão que envolve o produzir científico geográfico/humano na contemporaneidade. Está inserido no contraditório e não consensual debate sobre a base Moderna e a Pós-Moderna de (re) fazer ciência. Como resultado do discutido, teve-se a premissa de que os modelos modernos de pensar a sociedade não mais conseguem interpretar/significar/representar o atual arranjo técnico, científico e informacional otimizado por uma nova forma de acumulação capitalista (flexível). Enfatiza-se, com isso, a necessidade da inserção das diversas linguagens produzidas no interior das relações hodiernas para dialogar com a linguagem institucional acadêmica, permitindo, assim, o (re)conhecer/interpretar determinado espaço-tempo (visto de forma trans-/inter-/intra-escalar – relacional) a partir das tramas, dores, alegrias, angústias, amores etc. de quem o vivencia(ou).

Palavras-chave: Geografia ; Linguagens ; Espaço.



Abstract

The article intends to contribute with the debate that involves human geographic scientific producing in contemporaneity. It is situated in the contradictory and not consensual debate about modern base and postmodern way of (re)making science. As a result of the discussion, we assume that modern ways of thinking the society are no longer able to supply current technical, scientific and informational arrangement optimized by a new way of capitalist accumulation (flexible). It is emphasized, with that, the necessity of introducing diverse ways of approaches produced in modern relations to dialogue with the institutional academic language, allowing, that way, to recognize/interpret determined space-time (seen from a inside-/into-/trans- scalar - relational) from personal experiences like pain, joy, loves etc.

Keywords: Geography ; Languages ; Space.

Resumen

Este artículo objetiva contribuir a la discusión acerca la producción científica geográfica/humana presente. Se encuentra em el debate contradictorio e sin consentimiento sobre la base del moderno y posmoderno (re)hacer ciência. Como Resultado de la discusión, se produjo el supuesto de que los modelo modernos de pensar acerca de la sociedade ya no es capaz de interpretar/representar el presente acuerdo técnico, científico y de información optimizado por uma nueva forma de acumulación capitalista (flexible). Se enfatiza, con esto, la necesidad de integración de lãs diversas lenguas producidas dentro de lãs relaciones de hoy para dialogar con el lenguaje académico institucional, lo que permite el conocimiento/interpretación de todo el espacio-tiempo (visto en un corte trans-/inter-/intra-escalar - relacional) de lãs parcelas, dolores, alegrías, tristezas, amores y así sucesivamente de la persona que los ha experimentado.

Palabras clave: Geografia ; Lenguas ; Espacio.



Palavras iniciais

A discussão que apresentamos tem suas raízes no processo de transformação otimizado através¹ do reordenamento da organização do sistema técnico, científico e informacional (SANTOS, 1997) – lembrando que este tornar a pôr em ordem atinge o modo como o ser humano interage com o seu meio², desde a questão da logística de transporte (circulação de pessoas e mercadoria), a de comunicação (interações mais diversas, etc.), bem como a transformação da natureza. Somado a essas mudanças, a organização social inicia o sentir as transformações dadas por uma nova forma de acumulação capitalista. Tem-se a consolidação da economia flexível (HARVEY, 2007), em que os mercados buscam uma maior maleabilidade em suas ações relacionadas com a

1 Intensificado a partir da segunda metade do século 20.

2 Em Moreira (2009, p. 130), a discussão sobre o homem e o seu meio se apresenta, em partes, assim: "[...] o tema da análise geográfica é a complexidade da relação homem-meio, mas compreendida à luz de como esta relação se dá e se determina em cada recorte de área da superfície terrestre a partir do modo de configuração do seu arranjo (no sentido brunhiano)".

contratação de trabalhadores, a substituição de grandes estoques pela produção "necessária" à comercialização do momento, a customização de produtos para atender determinados grupos sociais, entre outras mudanças. Enfim, a economia capitalista vista como um projeto em constante processo de (re)adaptação as diferentes formas de organização social, (des)totalizando o seu sentido, mas tornando-se global: "[...] no nível da verdade-sem-sentido, como o 'Real' do mecanismo global de mercado" (ZIZEK, 2008, p. 245).

Com as mudanças supracitadas, na contemporaneidade, tem-se a consolidação do tempo amnésico e do espaço efêmero (sobrepósito, entreposto e/ou justaposto). Assim, as ciências humanas, no caso a geografia, para não ficar estranha discursivamente a esta "realidade", precisa assumir postura(s) diferenciada(s) ao interpretar/significar a mesma. Santos (1989) contribui com a discussão quando assevera que o ponto de diálogo entre



ciência e "realidade" deve ter início através das formas/tramas que os indivíduos utilizam para dar sentido ao existir. Estes apontamentos iniciais servem para destacarmos duas perspectivas interpretativas: a primeira – não é possível estudar determinada "realidade" sem tecer uma reflexão trans-/inter-/intra-escalar (espacial e temporal) – relacional; a segunda – a maneira com que interagimos, pensamos, organizamos etc. a espacialidade, em diferentes níveis, influencia³ as formas de organização e localização do "ser"⁴ perante o sistema-mundo.

Deste modo, o texto que inicia a leitura objetiva somar com a confecção/invenção/construção de discursos que auxiliem no entendimento da relação do indivíduo com o "mundo". Apontamos a relevância das potencialidades que a valorização das mais diferenciadas linguagens (fílmica, literária, narrativas orais, mapas, fotografias, científicas etc.) po-

3 E é influenciada.

4 Sendo este não um ser isolado do mundo e sim um ser social.

dem proporcionar para enriquecer a produção/invenção/construção do conhecimento geográfico.

O geógrafo, através de suas ferramentas conceituais, seria um dos intérpretes das contradições/representações/significações expressas nas mais diferentes formas de linguagens/discursos (MARCONDES, 1992). Conquanto, aqui se faz necessário apontar uma, a nosso ver, importante "preocupação" em tal análise: deve-se ter clareza dos limites temporais e espaciais que envolveram o ato da criação expressa na(s) linguagem(ns) analisada(s), bem como compreender os mesmos limites que envolvem o intérprete/pesquisador/geógrafo que tecerá suas reflexões.

Partimos da premissa que todo ato de conhecer é dado por uma seleção de quem conhece e, esta seleção, está atrelada, muitas vezes, às fronteiras, socialmente construídas, que embasam e legitimam o enunciador do discurso. Com esta assertiva, pode-se pensar as



linguagens como índice que suscitará diferentes interpretações dadas pelas idiossincrasias do pesquisador/geógrafo. Neste momento, o leitor, quiçá, argumente em forma de interrogação: "Mas, isso é um tudo pode?". Não, nem tudo pode! Acreditamos que as interpretações (dentro da consistência e coerências argumentativas) terão suas bases questionadas a partir do momento que não conseguirem se perceber enquanto mais uma possibilidade discursiva; entendendo, assim, que o "ideal" é conseguir "trabalhar/operacionalizar" com a diversidade de "olhares" que envolvem o fenômeno conhecido (ZIZEK, 2008).

O que aqui se aponta é que a utilização das linguagens seja para questionar, acrescentar, ironizar, comprovar determinados conceitos, métodos e teorias. Marcondes (1992, p. 134) contribui para a discussão quando assevera que as linguagens são instrumentos simbólicos que permitem a troca de experiências entre tempos e espacialidades diferenciadas:

[...] temos uma interpretação da linguagem como um sistema simbólico permitindo a comunicação humana, e em última análise, a constituição do significado da experiência humana, enquanto social, cultural. Significado este que, por sua vez, não é nem subjetivo, individual, nem objetivo, autônomo, mas intersubjetivo, isto é, constituindo-se a partir da interação humana, do mundo da cultura.

O ser humano acaba por se conhecer através das interações com o meio (físico – humano) que o "circunda", destas interações têm-se a "convenção" de processos comunicativos (linguagens) que proporcionam o diálogo como representa, mimeticamente, os sentidos de orientação, de localização que o indivíduo (enunciador) estabelece cotidianamente.

O geógrafo, ao introduzir a discussão espacial a partir das linguagens, valorizar-se-á a construção do real tendo como mediador interpretativo as alegrias, tristezas, aventuras, desventuras, silêncios, amores etc. materializados num determinado meio comunicacional.



O resultado, acreditamos, seria a invenção/ produção/construção de um conhecimento mais próximo e, por isso, pertinente para o conjunto dos seres humanos, pois é a partir destes que o sujeito que conhece partirá para gerar o conhecimento sobre o conhecido.

Crise paradigmática e a Geografia: apontamentos a partir das linguagens

A transição paradigmática tem várias dimensões que evoluem em ritmos desiguais (SANTOS, 2007, p. 16).

Na atualidade, é "consenso"⁵ afirmar que se sofre um processo de transição paradigmática⁶, em que, por causa das novas formas de organização social, a sociedade⁷ como um todo está se transformando e cobrando, assim, novos olhares do conhecimento científico para o

5 Ver: Santos (1989, 2006, 2007); Harvey (2007); Giddens (1991, 2002); Jamesson (1997); Hissa (2002).

6 Exemplo de fonte com visão contrária ao exposto cita-se Gomes (1996, p. 41), quando trabalha a geografia e a modernidade.

7 Aqui, quando falamos de sociedade, estamos nos referindo a mesma como um todo, não explicitando o quanto a mesma pode se apresentar confusa e complexa, contudo, para quem quiser se aprofundar na temática, ver: Castoriadis (1982).

seu objeto de análise – que é a realidade. Outro elemento de consenso entre os pesquisadores é a indeterminação do atual período histórico, em que não existe um acordo nas possíveis denominações que esta nova conjectura possa ser apresentada ou se a mesma não passa de um aprofundamento das contradições inerentes dentro da própria modernidade.

Giddens (2002, p. 11), por exemplo, denomina este período como Mundo Moderno Tardio ou Alta Modernidade, por encontrar no presente estágio elementos que já estavam imbricados com o processo de formação da modernidade. Já Santos (1989; 2007); Harvey (2007); Hissa (2002) preferem denominar este período como pós-moderno, por não haver, no momento, outra denominação para a referida forma de pensar a realidade. Os autores citados reverberam para o fato de que as condições de estruturação social se modificaram a tal ponto que as formas analíticas da modernidade não conseguem responder aos de-



safios lançados pela atual organização social.

Para auxiliar na interpretação deste processo de mudanças, Giddens (2002) instiga a pensar a partir de uma interessante metáfora: a da separação. Diz que: "Um casamento que se desfaz tende a provocar luto, independente da infelicidade ou desespero dos parceiros quando juntos" (GIDDENS, 2002, p. 17). Aqui nos deparamos com uma analogia a partir das vivências cotidianas, do sofrimento da perda de um "amor" que vai exigir de cada um dos envolvidos o reencontro com o próprio "eu", e este reencontro, retomando a epígrafe que abre o presente subcapítulo (referência a questão paradigmática), vai se desenrolar com temporalidades diferenciadas, pois dependerá do poder de reação de cada envolvido. No caso deste artigo, a questão é centrada nas formas em que se consegue redesenhar/ressignificar os traços que até o momento da "separação" guiavam o homem na interpretação da realidade.

O projeto do pensamento moderno⁸ surgiu, segundo Habermas (*Apud*: HARVEY, 2007), por volta do século 18, tendo por princípio o domínio científico sobre todas as esferas que compunham a realidade – tanto os aspectos naturais como sociais. Este domínio tinha por intuito "salvar" a humanidade dos enganos que a envolvia no seu processo de sociabilização, ou nas palavras de Harvey (2007, p. 23):

O domínio científico da natureza prometia liberdade de escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

8 Para observar como o pensar moderno influenciou outras áreas de produção do conhecimento, tal como a artística, ver: Berman (1986).



A crença nessa promessa de idílio paradisíaco, na terra dos homens racionalmente livres e soberbos, acabou por contribuir para o uso desenfreado do processo de elaboração do conhecimento científico em nome da tão desejada verdade absoluta dos fatos e fenômenos. A geografia⁹, como as outras ciências ao longo do século 19, tende a se defrontar com a necessidade de arquitetar um discurso que tivesse por objetivo formulações de leis norteadoras da estruturação de dado projeto de sociedade. Assim, conseqüentemente, o olhar para o real se tornou fragmentado e o complexo social se tornou o Estado-Nação.

A geografia, que se consolida como conhecimento científico¹⁰, não estava preocupa-

9 No presente texto não iremos nos ater a um exame pormenorizado da história do pensamento geográfico, e sim evidenciar como ele se apresenta em seu sentido geral de apropriação/utilização do modelo moderno que orientava a organização do pensar, mas, para o interlocutor que queira o maior aprofundamento sobre a história da geografia como projeto da modernidade, ver: Moreira (2008): capítulo - As filosofias e os paradigmas da geografia moderna.

10 A geografia consolida-se enquanto ciência no século 19, tendo como precursores Alexander Von Humboldt (1769 - 1859) e Karl Ritter (1779 - 1859). Estes, diferenciados nas formas de analisar seus objetos (MOREIRA, 2008), foram os primeiros a buscarem a construção do conhecimento geográ-

da em compreender certas particularidades e subjetividades presentes e imbricadas no interior da diversidade social. Disso resultou que, diante da necessidade de um conhecimento objetivo, rigoroso e generalizante de dada extensão espacial, o discurso geográfico selecionou aspectos da paisagem percebida e tentou organizá-los em determinados padrões classificatórios pertinentes para com os interesses e possibilidades de administração e controle do território pelo aparato técnico, jurídico e político do Estado-Nação. O olhar tende a focalizar a questão nacional e os objetos de regulamentação das relações praticadas segundo uma lógica econômico-administrativa hegemônica, que subsumia os diversos agentes sociais em

fico a partir da sistematização das suas pesquisas. Compreendiam sistematicamente os lugares por intermédio de uma visão holística e depois elaboravam comparações, isto para resultar na formulação de leis gerais que dessem conta de explicar a realidade. A título de adendo discursivo, segundo Moreira (2008), o (re)encontro com a visão holística dos precursores do pensamento geográfico moderno pode, na contemporaneidade, ser profícuo para a interpretação das contradições vivenciadas no processo de sociabilização. Entende-se que o espaço deve ser apreendido via a sua complexidade, aceitando-o enquanto produto/produzidor que só se realiza através das interações entre humanos – dada pela interconexão das relações em diferentes escalas (espaciais e temporais), e destes com os elementos físicos existente nas "ocupações".



nome do desenvolvimento, notadamente, o econômico.

A fragmentação, por sua vez, é evidente no pensar social, pois a realidade social é analisada de forma com que a mesma não participa das condições naturais que movimentam a vida dos indivíduos; a separação é explicada pelo fato da secção residir "[...] na falsa universalidade das "generalizações transcendentais" (SANTOS, 2007, p. 89). Desta feita, contribuindo para o aprofundamento da dicotomia da ciência geográfica – entre geografia física versus geografia humana; esquecendo que ambos partem de uma profunda interação e que esta interação acaba por interferir na formação da espacialidade (PORTO GONÇALVES, 2007).

Em Capel (1981, p. 270), para a geografia - como para as demais ciências, nota-se que um elemento central nesta discussão foi o surgimento do método investigativo positivista, que tinha por base "[...] el razona-

miento inductivo, que parte de la observación y mediante clasificaciones y comparaciones se elea a conclusiones generales, al descubrimiento de leyes". Como mencionado, a busca da igualação das formas analíticas não exclui a questão central da fragmentação, em que a sociedade era vista a partir de uma perspectiva e a natureza de outra.

As ciências que se debruçavam sobre os processos das relações sociais, como a geografia, tinham por intuito o encontro com a verdade e esta somente era passível de ser alcançada por meio do uso hipertrofiado de um determinado modo de se exercitar a razão humana, a qual possibilitaria a elaboração de leis que explicassem as formas definitivas em que a sociedade estava estruturada. Tentou-se igualar a análise do social às formas de análise dos elementos físicos; a origem de tal igualação encontra-se no determinismo científico oriundo da combinação do pensar cartesiano-newtoniano. Newton, influenciado pelo



pensamento de Descartes, no livro conhecido como *Principia*, elaborou as Leis do Movimento estruturadas em três fundamentos da Mecânica:

Lei I: Todo corpo permanece em seu estado de repouso ou movimento uniforme em linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças impressas nele.

Lei II: A mudança do movimento é proporcional à força motriz impressa e se faz segundo a linha reta, a menos que seja obrigado a mudar seu estado por forças impressas nele.

Lei III: A uma ação sempre se opõe uma reação igual, ou seja, as ações de dois corpos, um sobre o outro, são iguais e se dirigem a partes contrárias. (PONCZEK, 2002, p. 106).

As Leis do Movimento, para a geografia, como para as demais ciências, permitem que o pesquisador/cientista consiga, através do uso de cálculos matemáticos, apreender o passado de determinado sistema, assim, conseguir-se-á prever/antecipar o futuro. Desta feita, com a potencialidade de antever o futuro, pode-se, *determinar* os sentidos de orientação do "todo"

no hoje, inclusive a organização social¹¹.

Assim, percebe-se que a chamada razão humana ficou circunscrita a um determinado padrão metodológico de se pensar, o qual servia de parâmetro comum a toda prática científica, seja ela voltada aos fenômenos naturais, matemáticos ou sociais. Diante desse modelo lógico-racionalizante comum¹², todo discurso, que almejava ser científico, poderia alcançar o reconhecimento como um saber institucionalizado.

Ao seguir estas formas de apreensão do real, nos padrões estabelecidos pelas ciências exatas, o discurso das ciências humanas deveria ser exato, objetivo, não contraditório,

11 Cabe destacar que, após um longo período de hegemonia metodológica, a concepção determinista cartesiana-newtoniana recebe importantes ponderações a partir da descoberta da Física Quântica (Planck – 1858 - 1947) e da Teoria da Relatividade (Einstein – 1852 – 1955). Com a adentrada destas teorias, percebe-se a emergência de novas possibilidades analíticas, pois: "[...] todo o determinismo que ela encerra, tinha sérias limitações, não podendo ser aplicado nem ao mundo do muito pequeno e nem ao do muito grande (PONCZEK, 2002, p. 106 – 107).

12 Cabe suscitarmos que havia um modelo lógico-racionalizante comum hegemônico, mas não podemos diminuir a discussão somente às forças hegemônicas. Quem tiver o interesse em ampliar a discussão sobre a temática ver Capel (1981), quando trabalha a questão da tensão entre a ciência nomotética e idiográfica.



totalizante e absoluto em sua veracidade. Por conseguinte, as expressões artísticas e, consecutivamente, as outras esferas da qual pertencem o mundo da subjetividade – intuição, desejos, silêncio, senso-comum, loucura etc. – foram, quando não negadas, classificadas como inferiores à capacidade do discurso científico.

A título de exemplo, pensemos a loucura a partir da ideia de lugares da verdade de Foucault (2007, p. 113). Foucault se refere à casa de loucos, que é a representação da verdade científica, pois os "loucos" fogem à normalidade que a sociedade está "acostumada". Diante disso, quem foge aos padrões normatizados são considerados estranhos e o silêncio dos loucos é de vital importância para que a verdade científica não seja questionada. Ouvir o que eles, loucos, têm a dizer ou questionar se realmente o que vivenciam é loucura é questionar a própria verdade científica, que, neste caso, foi comprovada através da constatação

do fato do seu fazer científico.

O modelo moderno de pensar adentra na geografia - institucionalizada no século 19 -, segundo Ferraz (2001, p. 22), para a consolidação do "[...] status de discurso científico, portanto, eficiente, objetivo, exato, totalizante, não contraditório e absolutamente verdadeiro"; assim, "[...] sacrificou toda uma diversidade de conhecimentos em prol do que oficialmente passou a ser considerado como geográfico".

Percebe-se, então, que a modernidade, ao mesmo tempo em que tenta produzir saberes, técnicas, equipamentos e meios que possibilitem a superação das mazelas sociais, produz um simulacro discursivo estranho às condições em que a maioria dos indivíduos cotidianamente vivenciam e (re)produzem suas condições de existência. O surgimento do pensar moderno como "redentor" acaba por ser estranho e contribui para as catástrofes que se imbricam entre o social com o natural, nas palavras de



Santos (2007, p 56):

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseado no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza.

Em nome dessa verdade definitiva, sacrificou-se os benefícios advindos com o conhecimento científico para o conjunto da humanidade,

pois, por acreditar que só através desse rigor discursivo se atinge a verdade que a tudo explica, acaba-se obliterando a leitura das reais condições com que os benefícios desse conhecimento são produzidos e distribuídos. Ocorre que a materialização e o acesso a essas melhorias se reduzem às minorias sociais distribuídas de forma desigual em alguns pontos do planeta. A consequência disso é que boa parte dos indivíduos não conseguem encontrar nos produtos das elaborações científicas, sejam eles máquinas, serviços ou referenciais teóricos, uma contribuição necessária para os sentidos mais profundos do existir humano¹³. A ciência moderna produz, segundo Santos (1989, p. 35),

[...] um discurso que se pretende rigoroso, anti-literário, sem imagens nem metáforas, analogia ou outras figuras da retórica, mas que, com isso, corre o risco de se tornar, mesmo quando falha na pretensão, um discurso desencantado, triste e

¹³ "O universo da ciência deixa de ser o da aventura e do prazer, tornando-se frio como o aço da máquina produzida que, por sua vez, nele ainda interfere" (HISSA, 2002, p. 99).



sem imaginação, incomensurável com os discursos normais que circulam na sociedade.

43

A produção científica deteve-se no ato enrijecido de apreender a complexidade do real a partir de uma visão de fora, buscando construir visões da realidade social, mas se colocando distante desta, como se não fizesse parte do contexto social que a produziu. Ou pior ainda, essa forma de se produzir ciência acabou identificando aspectos problemáticos ou complicadores na realidade e passou a elaborar respostas que se impunham ao mundo dizendo como ele deveria e deve ser para se tornar mais eficiente. Mas eficiente para que e para quem?

É de vital importância pensar o papel da ciência na construção de significados de entendimento da vida humana em sociedade. Os discursos científicos, como já evidenciados, apresentam-se dentro da perspectiva do binômio sujeito versus objeto, frente a esta dis-

tinção, o ato de significar acaba sendo estranho, pois, de acordo com Santos (1989, p.29):

[...] a ciência constitui hoje no seu conjunto um discurso anormal, ele é particularmente anormal no domínio das ciências sociais, porque, nestas o discurso científico dá sentido a uma realidade social, ela própria criadora de sentido e de discurso.

Como significar uma realidade que se auto significa e constrói discursos para se dar sentido? Esta indagação suscita todo um pensar que se direciona no questionamento das concepções modernas de fazer ciência. Tal questionamento se origina já no alvorecer da ciência Iluminista, portanto, não é algo novo, fruto de discursos relativistas ou desconstrucionistas de pensadores pós-modernos. Tal crítica se fundamenta na constatação de que produzir ciência carrega a contradição ou paradoxo de limitar o que não pode ser limitado – a realidade social, pois as relações sociais não são passíveis de limitações. Por natureza, ela é ilimitada. Contudo,



a presente ausência de limites, segundo Hissa (2002, p. 63), torna-se limitada devido as fronteiras arquitetadas pelo pensamento clássico de produzir ciência, pois:

[...] é contido pelas fronteiras: o pensamento clássico, convencional, normatizado. Pensamento reproduzido pela ciência moderna: condenado ao limite, às regras rígidas, aos modelos, às estratégias normativas, à imponderável fronteira da objetividade.

Hissa (2002) ainda aponta a necessidade de cogitarmos fronteiras móveis para o pensamento das ciências humanas. Defende, também, a valorização do que outrora fora negado enquanto discurso de expressão do mundo, de tal maneira que não mais nos pautemos em posturas rígidas acerca dos métodos que orientam o ato de produzir científico, uma vez que a realidade espacial, como exposto, está se reestruturando e exigindo, assim, novos olhares para a presente realidade.

A geografia, para não ficar estranha ao

reordenamento sócio-espacial, deve acompanhar o presente movimento a partir do entendimento mais contextualizado da lógica com que a mercadorização econômica da sociedade atual se territorializa. Harvey (2007) afirma que houve um processo de transformação de uma sociedade de acumulação Fordista para a Flexível, e que esta transformação foi acompanhada de novas tecnologias que orientavam o ato de se fazer e refazer humano, mudando, dessa maneira, as formas organizacionais em que a sociedade estava estruturada.

Em decorrência desse contexto macro-econômico, o olhar geográfico depara-se com a efemeridade espacial e com a consolidação do tempo amnésico. A concreta volatilização das formas e fenômenos direciona nossos olhares para os ritmos que se diferenciam e, assim, produzem espacialidades sobrepostas, entrepostas e/ou justapostas, com suas rugosidades e fragmentações. O instantâneo, o imediato, o novo adentram com virulência



no sentido do tempo, corrompendo nossa memória do passado e implodindo o sentido de futuro num eterno agora, fazendo com que a sociedade se depare com uma nova forma de se fazer cotidianamente. Corroborando com esta análise, citemos Achugar (2006, p. 125), em suas considerações sobre o espaço por meio da literatura de Borges, no momento que afirma que: "O espaço temporal que constitui o *Aleph*¹⁴ parece poder funcionar como uma analogia precisa de coexistência simultânea de diversos tempos, de diferentes culturas e de múltiplas perspectivas em nossa época".

A geografia, para não ficar alheia a esta nova reestruturação espacial (promovida pela introdução das novas tecnologias, mas não somente devido a estas e, sim, a todo um processo histórico de pensar que hoje não mais responde as reais necessidades), deve repensar sua prática de fazer ciência, valorar o que

14 Faz referência ao conto *Aleph*, publicado no livro de histórias curtas o "El Aleph", de 1949.

outrora foi silenciado, não mais aceitar a construção do discurso geográfico pela via rígida e estreita da produção do conhecimento a partir das bases clássicas da razão instrumental. Contudo, como conseguir o não estranhamento da pesquisa em relação aos sujeitos alvos de estudos? Diante desta indagação, adotamos uma análise sobre a questão das linguagens. Nesta perspectiva, o encontro do discurso científico com as linguagens artísticas passa a ser um aspecto central para o melhor entendimento da geografia em relação à maioria social, pois este olhar pode engendrar os vários fios que tecem a "produção" da espacialidade via o diálogo que se estabelece entre os sujeitos e o espaço – este em suas múltiplas escalas (dinâmicas e relacionais). Esse encontro se torna possível quando percebemos que o saber geográfico ocorre em múltiplas e diversas escalas, muito além e aquém do conhecimento científico institucionalizado pela modernidade econômica.



Não se trata de uma distinção simplista entre um saber geográfico – produzido dentro das práticas cotidianas – e um conhecimento geográfico – produzido na academia (e instâncias vinculadas ao poder estatal e econômico). Na verdade, a relação entre as opções feitas pelo discurso científico se deu a partir dos saberes cotidianos, os quais são também influenciados pelo conhecimento mais rigoroso presente na abordagem científica.

O pensamento geográfico e as novas formas de organização social

Diante da crise e do estranhamento dos referenciais científicos atuais frente aos profundos problemas sociais, o diálogo com as diferentes formas de expressões (linguagens artísticas, fílmicas, gráficas, pictóricas etc.) torna-se necessário, principalmente pelo fato de muitas das práticas representacionais e criativas das várias "culturas" abordarem aspectos da realidade pela perspectiva de um saber geográfi-

co cotidiano que, durante muito tempo, foram negligenciados¹⁵ pelo conhecimento institucionalizado.

Observemos as práticas artísticas: estas acabaram por produzir/inventar/construir conhecimento(s) através de sua linguagem. Construção de referenciais que hoje podemos dizer como geográficos, conquanto, ao longo da modernidade, o olhar oficial da geografia optou, hegemonicamente, por outros temas e análises que, atualmente, apresentam-se em grande medida descontextualizados para com as necessidades tanto individuais quanto coletivas. Por isso, entendemos que o caminho se faz através do diálogo entre a(s) lógica(s) das linguagens com a do texto científico, diálogo este que vise à produção de narrativas em que os conceitos geográficos busquem os contatos entre as várias formas discursivas para per-

¹⁵ Tendo como referência as formas hegemônicas de fazer geográfico, pois, para além do pensar hegemônico institucionalizado, existiam outras formas de apreender o real que não eram consideradas pela forma institucionalizada de fazer ciência, para maior aprofundamento ver: Capel (1981); Brosseau (2007); Sauer (2007); Dardel (2011).



mitir o desdobrar disso em abordagens, conceitos e interpretações mais próximos do homem/mundo.

Nesse sentido, é de suma importância o questionamento: o que vem a ser a ciência geográfica? Para que serve, afinal? Para quem serve? Todavia, o que observamos é o não questionamento sobre os moldes do que significa fazer ciência na dita contemporaneidade. Por exemplo, na segunda metade do século 20 – com a crise do modelo acumulativo capitalista e a crise do projeto societário articulado pelo Estado-Nação, somado à necessidade de elaboração de novas tecnologias e técnicas de comunicação, além do fato de a ciência ter de assumir a crise do conhecimento científico na edificação desse projeto de sociedade –, a solução encontrada por alguns estudiosos/teóricos foi buscar outros referenciais metodológicos como o materialismo histórico e dialético, a fenomenologia juntamente com seus respectivos "objetos de interesse"; ou seja, o que

acabou se delineando foi que estas tentativas de renovação não mudaram o parâmetro do discurso científico, não radicalizaram o questionamento da estrutura e fundamentação do "fazer ciência" moderno, pois isso significaria questionar a própria função de controle e organização da sociedade. O discurso científico insiste em uniformizar o conhecimento, só que agora, para responder aos atuais anseios da organização social, introduz os elementos até então excluídos, mas como conceitos em si: o cotidiano, a sensibilidade, a luta de classe.

É preciso pensar na poesia, no teatro, na literatura, na pintura, nos mapas, nas pichações, nos filmes, entre outras manifestações culturais¹⁶ como elementos possíveis de leituras geográficas, entendendo a relação destas manifestações com o seu tempo e o seu espaço. As linguagens são formas de expressão oriundas de determinado contexto, entretan-

¹⁶ Como referência, dentre muitas, de diálogo entre geografia e as demais linguagens, citamos: Amorim Filho (2010); Macedo, Andrade (2011); Monteiro (2002); Pinheiro (2010); Ferraz (2001); Mondardo, Goettert (2008); Neves (2010).



to, estas podem transcender sua temporalidade e espacialidade a partir das idiosincrasias do enunciador do discurso (ACHUGAR, 2006). Neves (2010), ao estudar a paisagem pantaneira através da análise de obras fílmicas, corrobora com o argumentado, pois destaca que a paisagem pantaneira participa de um misto de materialidade com imaterialidade dada pelas formas com que o enunciador do discurso (o diretor) delineou o roteiro com suas sequências imagéticas. Nesse sentido, segundo Neves (2010), a paisagem tanto faz referência a um espaço físico (com seus sons, cheiros, culturas etc.) delimitado e denominado Pantanal como, também, evidencia elementos de uma espacialidade desejada/sonhada - buscase arquitetar, imageticamente, estereótipos respaldados no que hegemonicamente é entendido enquanto referência de ser e estar social (temporal e espacial). Assim, o diretor, muitas das vezes, acaba por marginalizar/ridicularizar/sombrear a espacialidade vivenciada

cotidianamente pelos pantaneiros a partir do que o mesmo acredita ser o correto economicamente, politicamente, culturalmente, ideologicamente.

Outro exemplo de possibilidade de valorização do que outrora foi negado enquanto processo de identificação do indivíduo é encontrado nas narrativas orais, estas atreladas ao sentido mítico¹⁷ presente na chamada "cultura popular" pantaneira. Muito do que foi pesquisado sobre o sentido de identidade regional pantaneira, pelo olhar geográfico, aponta para os mitos e as lendas como curiosidades e adendos explicativos da cultura local, evidenciando uma forma folclórica e sinalizando para o pitoresco dessa relação cultural. Nesse sentido, não demonstram que esses mitos expressem, na verdade, toda uma cosmovisão da forma como os seres humanos ali significam

17 Como citado, com o projeto moderno, o mito e as outras esferas, que pertenciam às práticas cotidianas, foram negligenciados. Estes elementos nunca deixaram de participar da vida social dos mais diferenciados indivíduos e, assim, influenciando na construção da espacialidade.



e constroem sentidos existenciais para aquela espacialidade. Banducci Júnior (2007) explica que o mito nunca saiu das práticas cotidianas de significação e ressignificação do real. O autor mostra como a espacialidade pantaneira possui um misto de real com os elementos místicos que o viver popular confeccionou e continua a confeccionar através das narrativas orais, e como os elementos místicos participam do cotidiano das pessoas que vivem no ecossistema pantanal. Nas palavras de Banducci Júnior (2007, p. 13):

Um das principais características das narrativas maravilhosas pantaneiras é que os seres que as povoam não se restringem ao universo mental da sociedade, mas convivem efetivamente com as pessoas, materializam-se diante delas através de sons, imagens fugidias ou mesmo em sua forma física plena.

Esses elementos místicos foram negados pela construção científica. Contudo, a proposta deste artigo é chamar a atenção para a ne-

cessidade de uma reconsideração destes pensamentos e os ressignificarmos; introduzirmos os sentidos de existência para o nosso discurso acadêmico através do diálogo com as mais diferenciadas linguagens produzidas durante o ato de se "fazer" humano.

Esse parece ser o papel, na nossa concepção, da geografia no atual período vivido, um encontro com a produção do saber via a valorização de outras formas de expressão da vida, buscando aproximar o discurso científico às contradições produzidas na profundidade do movimento dialético do cotidiano.

Considerações

Delineou-se como perspectiva teórica a necessidade de (re)pensarmos nossas práticas analíticas, em que os modelos que embasam e legitimam o discurso acadêmico sejam questionados para contribuir com a invenção/pro-



dução/construção de conhecimentos que se aproximem do "conhecido".

Não é de interesse "inventar" conceitos que sejam cristalizados no tempo e no espaço, dizendo o como foi, o como é ou o como será o devir das organizações sócio-espaciais, mas sim que os mesmos assumam o desafio de "acompanhar" as transformações sociais, se (re)fazendo no processo de (re)fazer das relações humanas. É de valia interpretarmos as condições que os grupos sociais se (re)arranjam; isto para suscitar questões que venham ao encontro do desvelamento de determinadas práticas que se atrelam ao modo de ser e estar dos indivíduos.

Destaca-se, enfim, que é de interesse interpretar/compreender como o sistema-mundo se presentifica em determinada escala (lugar, local, paisagem, região, território e espaço) através das formas/maneiras de significação inventadas/produzidas/construídas por quem vivencia parte da (i)materialidade do mundo.



Referências Bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem bocas:** escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 378 p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Literatura de explorações e aventuras: as "viagens extraordinárias" de Júlio Verne. In: MARANDOLA Jr. Eduardo. GRATÃO, Lúcia Helena Batista. (Orgs.). **Geografia e literatura:** ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010. 79 – 97.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro:** relações sociais e representação de mundo no "pantanal da Nhecolândia". Campo Grande: UFMS, 2007. 244 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 472 p.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 17 – 77 p.

CAPEL, Horácio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea.** Barcelona: Barcanova – temas universitários, 1981. 510 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. 176 p.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **Geografia e paisagem:** entre o olhar e o pensar. 2001. Doutorado (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. 180 p.

_____. **Modernidade e identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 233 p.

GOMES, Paulo C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed.

Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007. 349 p.

HISSA, Casio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UMFG, 2002. 322 p.

JAMESON, Frederic. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997. 216 p.

MACEDO, Marcelo Costa. ANDRADE, Vanilza da Costa. Ensino de Geografia: o teatro como prática metodológica. In: **V Colóquio Internacional**: educação e contemporaneidade, nº 5, 2011, São Cristóvão, SE. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/vcoloquio/cdcoloquio/cdroom/eixo%202>. Acesso em: 05/01/2012.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. 140 p.

MONDARDO, Marcos Leandro. GOETTERT, Jones Dari. Território simbólicos e de resistência na cidade: grafias da pichação e do grafite. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, 293 – 308, jul./dez. 2008.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **O mapa e a trama**: ensaios sobre o conteúdo geográfico



em criações romanescas. Florianópolis Ed. da UFSC, 2002. 242 p.

MOREIRA, Ruy. Da espacialidade ao espaço real: o problema da teoria geral a propósito do simples e do complexo em geografia. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; et. al. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. 121 – 136 p.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008. 191 p.

NEVES, Alexandre Aldo. **A paisagem pantaneira pela ótica do cinema brasileiro**. 2010. 137 p.. Mestrado (Geografia Humana) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/dissertacao-alexandre-aldo>. Acesso em: 22/11/2011.

PINHEIRO, Robinson Santos. **Geografia e literatura: diálogo entorno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense**. 2010. 128 p.. Mestrado (Geografia Humana) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertacoes/robinson-santos-pinheiro>. Acesso em: 15/10/2010.

PONCZEK, Roberto I. Leon. "Mecânica". In: Rocha, José Fernando M (Org.). **Origem e evolução das idéias da física**. Salvador: EDUFBA, 2002. 374 p.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas". In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 133 – 409.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.



_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós- modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 349 p.

_____. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 415 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1997. 384 p.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: UNESP, 2002. 217 p.

SAUER, Carl O. **Geografia Cultural.** In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Introdução à geografia cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 19 – 26.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe.** Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 512 p.

